



REPÚBLICA DE ANGOLA
SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS

COMUNICADO DE IMPRENSA

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, realizou hoje, dia 12 de Julho, na Sala de Reuniões do Palácio Presidencial, na Cidade Alta, a sua 2ª Sessão Extraordinária do ano de 2011, tendo contado nesta ocasião com a presença de todos os Governadores Provinciais.

Nesta Sessão, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros fez um balanço do estado de implementação do Programa Integrado para o Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, o qual contempla acções e projectos concretos em todos os municípios do País, nos domínios da saúde, da educação, do saneamento básico, do abastecimento de energia e água às populações, da construção de diversas infra-estruturas, vias de acesso e comunicações, bem como da agro-pecuária e do comércio rural, tendo considerado positivo o trabalho desenvolvido, uma vez que o mesmo tem estado a ser realizado com a concertação permanente entre as entidades centrais e locais e o envolvimento da sociedade civil, tanto na fase de identificação das prioridades específicas dos municípios, como na de execução dos projectos.

Ainda no quadro das preocupações do Executivo com a solução dos problemas básicos da população, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros procedeu igualmente à análise de um subprograma de construção de casas em todos os municípios do País, tendo recomendado o contínuo aperfeiçoamento da articulação logística entre as várias entidades intervenientes, de maneira a se assegurar em tempo útil a aquisição, transporte e distribuição dos kits de construção, aos beneficiários das diversas localidades.

Dando cumprimento a uma deliberação da reunião da Comissão Permanente do Conselho de Ministros realizada no dia 16 de Junho, no Menongue, província do Kuando-Kubango, este Órgão apreciou um programa operativo que contém um cronograma de acções complementares ao programa do Governo da referida Província, que visa contribuir para a melhoria das condições de vida dos habitantes, nomeadamente no que concerne à redução do índice de pobreza, ao aumento da assistência médica e medicamentos a, ao incremento da taxa de frequência escolar através da construção de 121 novas escolas, com capacidade para cerca de 500 alunos, bem como o reassentamento de 150 mil pessoas, dentre os quais ex-militares, nos municípios de Mavinga e do Rivungo e o apoio às actividades de natureza produtiva para a criação de emprego.

Tendo constatado a necessidade de se proceder a uma alteração da divisão territorial e político-administrativa das Províncias de Luanda e do Bengo, de maneira a dar resposta aos imperativos colocados pelas respectivas dinâmicas de desenvolvimento destas províncias, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros apreciou uma Proposta de Lei que remeterá à Assembleia Nacional, que visa alterar a divisão político-administrativa destas duas unidades territoriais, desanexando do Bengo e integrando em Luanda os municípios de Icolo e Bengo e da Quissama, passando a Província de Luanda a ter os seguintes municípios: Luanda, Cacuaco, Viana, Cazenga, bem como Belas, com sede na cidade do Kilamba, Icolo e Bengo, com sede em Catete, e Quissama, com sede na Muxima.

Ainda neste domínio, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros apreciou uma proposta de lei que eleva à categoria de município as actuais comunas de Catumbela, na Província de Benguela e de Cacula, na Província da Huíla.

No quadro do Plano Director dos Transportes da Província de Luanda, este Órgão consultivo do Chefe do Executivo apreciou uma proposta que estabelece um modelo integrado de transporte colectivo para os novos centros urbanos da cidade, com vista a encontrar soluções que descongestionem e façam fluir o trânsito intermunicipal, e ao mesmo tempo dêem resposta à dinâmica das necessidades das pessoas e dos agentes

económicos. A referida proposta integra meios de transporte colectivo rodoviário, ferroviário e marítimo.

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros considerou positivo o estado de implementação do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT), uma vez que como consequência da sua execução, se tem assistido a uma melhoria substancial nos procedimentos para arrecadação de receitas fiscais, o que conduziu ao incremento destas ao longo do I Semestre de 2011, bem como tem sido formado pessoal qualificado que estará habilitado a operar com sistemas modernos de gestão e controlo da tributação em todo o País.

Com a finalidade de se continuar a consolidar a presença e participação de empresas angolanas no sector petrolífero, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros aprovou uma proposta que contempla um conjunto de incentivos diversos às empresas nacionais a operarem nesta área de actividade económica.

Por último, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros tomou conhecimento de um projecto de requalificação estruturante e inclusiva da Ilha de Luanda, através do qual se pretende assegurar melhor qualidade de vida aos seus habitantes, um ordenamento moderno do seu território, o devido cuidado de todos os aspectos ecológicos envolventes e o desenvolvimento planeado do seu potencial turístico.

Secretariado do Conselho de Ministros, em Luanda, aos 12 de Julho de 2011.